

Francisco, Claudio Fonseca, Conte Lopes, Edir Sales, Eduar-do Matarazzo Suplicy, Eduardo Tuma, George Hato, Gilberto Nascimento, Isac Felix, Janaína Lima, José Police Neto, Mario Covas Neto, Milton Ferreira, Noemi Nonato, Ota, Paulo Frange, Reginaldo Trípoli, Ricardo Nunes, Rinaldi Digilio, Rodrigo Goulart, Rute Costa, Sâmia Bomfim, Senival Moura, Toninho Paiva, Zé Turin e Toninho Vespoli, visa dispor sobre os vencimentos e gratificações dos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

Pelo art. 1º, fica o Executivo autorizado a conceder atualização linear monetária dos vencimentos, funções gratificadas, salários, salário-família e salário-esposa dos servidores públicos municipais em 4,76% (quatro inteiros e setenta e seis centésimos por cento), a partir do dia 1º de maio de 2017.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, apesar das elevadas intenções dos nobres Autores, consideramos que a matéria não deva prosperar. Com efeito, a douta Comissão de Administração Pública: solicitou informações ao Executivo, com resposta “concluindo por sua inviabilidade”. A fls. do processo, consta planilha, elaborada pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Gestão com data do despacho de 24/08/2017, que mostra impacto de R\$ 617,8 milhões em 2017, R\$ 887,6 milhões em 2018 e R\$ 887,6 milhões em 2019. O mesmo órgão afirma que “... a proposta não contempla os servidores integrantes do Quadro de Analistas da Administração Pública – QAA, do Quadro da Saúde e do Quadro de Profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia – QEAG, criados respectivamente pelas Leis nº 16.119/15, 16.122/15 e 16.414/16, os quais são remunerados pelo regime de remuneração por subsídio e não pelo regimento de vencimentos”.

Vale dizer, mesmo os vultosos montantes envolvidos, no caso de aplicação da propositura, não englobariam todas as carreiras de servidores. Ademais, a aplicação do projeto como está, tendo em vista tais valores, necessitaria estar vinculada ao planejamento orçamentário e financeiro global do Município, com suas inúmeras carências educacionais, sociais, ambientais, de saúde e de saneamento, dentre outras, a serem atendidas. Evidente que os mais de 121 mil servidores (tratando-se apenas da Administração Direta) merecem remuneração adequada pela responsabilidade de suas funções, estando a revisão geral prevista na Constituição Federal. Por outro lado, também é evidente que a responsabilidade na gestão fiscal é condição sine qua non. Nesse sentido, o disposto no art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, inciso I, que estabelece ser nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda as exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1o do art. 169 da Constituição, é medida salutar. O mencionado art.16 exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, enquanto que o art. 17 determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. É cristalina a importância fundamental de tais demonstrativos para que a administração não comprometa os escassos recursos públicos com reajustes que, eventualmente, poderiam prejudicar a ação governamental nas referidas áreas sociais. Tais dispositivos, efetivamente, situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão que, pelo disposto na alínea “e” do inciso II do art. 47 do Regimento Interno, deve “opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal”.

Outro ponto fundamental que, apesar de todos os dispositivos acima mencionados, ainda não foi disciplinado adequadamente, é o referente à questão previdenciária. Nesse sentido, importante mencionar que o substitutivo apresentado no ano passado pelo Executivo ao Projeto de Lei nº 621/16, que objeti-va, dentre outras providências, instituir o regime de previdência complementar para os servidores públicos municipais, traz o seguinte art. 18:

Art. 18. Toda proposição legislativa que crie ou amplie despesas de pessoal ativo, aposentados ou pensionistas deverá estar acompanhada do cálculo de seus impactos no RPPS nos próximos setenta e cinco anos e apresentar compatibilidade e adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Caso esse dispositivo estivesse em vigor, tais dados, juntamente com os determinados pela LRF, permitiriam uma mais segura tomada de decisão, já que, como é sabido, o fluxo de recursos destinados ao IPREM pelas contribuições legais de servidores e do poder público não tem sido suficiente para pagamento das atuais aposentadorias e pensões, havendo necessidade de cobertura dessa diferença, com significativo incremento anual. Em 2016, o montante para cobertura dessa diferença superou R\$ 3,77 bilhões; no ano passado, tal valor foi de aproximadamente R\$ 4,67 bilhões, sendo que, para este ano, a previsão orçamentária é de uma necessidade de cobertura pelo Tesouro Municipal de cerca de R\$ 4,99 bilhões. Para mostrar a importância de tal assunto, basta mencionar que os recursos encaminhados ao IPREM para cobertura da diferença representaram 55,6% do total arrecadado de IPTU em 2017. Destarte, há questões fundamentais, incluindo repercussões intergeracionais, que necessariamente devem ser enfrentadas diante de matéria de tal envergadura.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala Virtual da Comissão de Finanças e Orçamento, em 08/07/2020.

Antonio Donato (PT) - Presidente - Contrário
Adriana Ramalho (PSDB)
Atilio Francisco (REPUBLICANOS) - Contrário
Isac Felix (PL) - Contrário
Ricardo Nunes (MDB) - Contrário
Rodrigo Goulart (PSD) - Contrário
Soninha Francine (CIDADANIA) - Relatora

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

NA PUBLICAÇÃO HAVIDA NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO EM 09/07/2020, PÁGINA 71, COLUMNA 3, LEIA-SE COMO SE SEGUE E NÃO COMO CONSTOU:

PARECER Nº 491/2020 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 772/2017

SGP.13 - EQUIPE DA SECRETARIA DAS COMISSÕES EXTRAORDINÁRIAS E TEMPORÁRIAS

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

Reunião Ordinária Virtual
Data: 16 de julho de 2020 - quinta-feira
Horário: 12h00
A Reunião será realizada por videoconferência e pode ser acompanhada pelo público em geral através do site da Câmara Municipal de São Paulo (www.saopaulo.sp.leg.br), link Auditórios Online, e pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube (https://www.youtube.com/user/camarasaopaulo)
Pauta: "30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: um olhar sobre Institucionalização, Família Acolhedora, desinsti-tucionalização e saída aos 18 anos"

SECRETARIA DA CÂMARA

PRESIDÊNCIA

PORTARIA 3023/20
NOMEANDO AGATA FIDELIS DIAS DA SILVA, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Liderança, referência QPLC-5, no Gabinete de Liderança de Representação Partidária do PSDB.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA CPS

Memo. CPS 18/20 - Proc. 533/19
Considerando justificado o pedido, AUTORIZO a prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos do Processo 533/19, por mais 30 (trinta) dias, a partir de 08/07/20.

MESA DA CÂMARA

PORTARIA 11291/20
EXONERANDO, a pedido, JONAS GOES CUNHA JUNIOR, registro 230638, do cargo de Assessor Especial de Apoio Par-lamentar, referência QPLCG-2, do 22º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 11292/20
NOMEANDO JOSE OLIMPIO SILVEIRA MORAES JUNIOR, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador Especial Legislativo, referência QPLCG-9, no 33º Gabinete de Vereador.
PORTARIA 11293/20

NOMEANDO JONAS GOES CUNHA JUNIOR, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador Especial de Gabinete, referência QPLCG-8, no 22º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 11294/20
NOMEANDO EDERSON GOUVEA LIMA, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Especial de Apoio Parlamentar, referência QPLCG-2, no 33º Gabinete de Vereador.

SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA

DIFERENÇA SALARIAL
Mariana Reina Marchetto Silva – RF 51822 – Proc. 877/15
À vista das informações fornecidas pela Secretaria de Recursos Humanos e da manifestação da Procuradoria no Parecer ADM 031/2020, que acolho, INDEFIRO o requerido por Mariana Reina Marchetto Silva, RF 51822, vez que o direito pleiteado já está prescrito.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

AUXÍLIO FUNERAL
Joice de Carvalho Barbosa – CMSP-MEM-2020/00551
À vista das informações contidas neste processo, AUTO-RIZO o pagamento do auxílio funeral e ressarcimento das despesas realizadas em favor de JOICE DE CARVALHO BARBOSA, filha da ex-servidora falecida MARLENE DE CARVALHO BARUTE – RF 11.077, conforme abrangente: documentos comprobatórios de despesa, atestado de óbito e outros docu-mentos juntados ao presente, de acordo com o Art. 125 da Lei 8989/79 e o Ato 1088/09 que altera o Ato 996/07.

SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO -SGP-2

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

260ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2020, ÀS 15 HORAS.

I - PARTE - EXPEDIENTE
Apresentação de indicações e requerimentos; leitura de correspondência apresentada e de projetos; apresentação, discussão e votação de moções e requerimentos de audiência do Plenário.
PEQUENO EXPEDIENTE:
1º ORADOR(A): VEREADOR PAULO FRANGE (PTB)
GRANDE EXPEDIENTE:
1º ORADOR(A): VEREADORA SANDRA TADEU (DEMO-CRATAS)
II - PARTE - ORDEM DO DIA:
Ficam mantidos os itens da Pauta da 255ª Sessão Ordina-ria publicada no D.O.C. de 30 de junho de 2020, e dispo-nível no Portal da Câmara Municipal de São Paulo (www.saopaulo.sp.leg.br), conforme § 6º do art. 11 da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública).

AGENDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DIA 14 DE JULHO DE 2020 – TERÇA-FEIRA
13:00
Reunião Virtual do Comitê Emergencial de Crise da Educação
- Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes
Auditório Virtual
Eliseu Gabriel - PSB
14:00 - 15:00
Reunião com o Colégio de Líderes
Sala Tiradentes - 8º Andar
Secretaria Geral Parlamentar - SGP

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: Conselheiro João Antônio

GABINETE DO PRESIDENTE

PORTARIAS DA SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVA

PORTARIAS EXPEDIDAS PELO SUBSECRÉTARIO ADMINISTRATIVO - SUBSTITUTO

Port. 266/2020 – Designando Almir Correa de Moraes, reg. func. 538.401, para substituir Cesar Augusto Amaral Dias no cargo de Assessor de Gabinete III, vencimento básico QTCC-01, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, por estar substituindo em outro cargo, a partir de 3.8.2020.

Port. 267/2020 - Designando Fernando da Silva Ramos, reg. TC 1.393, para substituir Maria Beatriz Toledo Piza de Camargo Marques no cargo de Assessor de Controle Externo, vencimento básico QTCC-04, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, por motivo de férias, a partir de 15.7.2020.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

DESPACHO DA CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Processo TC: 004243/2020
Interessado: TCMSF
Objeto: À vista dos elementos constantes dos autos, das manifestações da Subsecretaria Administrativa, da Assessoria Jurídica de Controle Externo e notadamente da Secretaria Geral, que acolho como razões de decidir, nos termos da competência delegada pela Portaria SG/GAB nº 03/2019, AUTORIZO,

fundamentado no artigo 15 da Lei Municipal nº 13.278/2002 e no artigo 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 46.662/2005, respeitadas as disposições das Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, e do Decreto Federal nº 10.024/2019, a abertura da licitação, na modalidade Pregão Eletrônico – Exclusivo para ME/EPP, objetivando a contratação de empresa especializada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, exceto peças, do sistema de som e videoconferência do Plenário do Edifício Sede e dos Edifícios Anexos I, II, III do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, exigências e especificações técnicas contidas no Edital e em seus anexos. Há disponibilidade de verba, tendo sido reservados os recur-sos necessários na dotação 10.10.01.032.3024.2100.3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (peça 25). De consequente, aprovo a minuta do Edital e dos Anexos constantes às peças 44 e 45, para que se efetive a abertura da licitação.

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO ADMINIS-TRATIVO

e-TCM 7288/2020 – DESPACHO: “À vista das informações dessa Coordenadoria, bem como da manifestação da D. AJCE à peça 3, indefiro o pedido de adicional correspondente ao 6º quinquênio, solicitado pelo Sr. ALMIR DA SILVA ADRIA-NO, registro TC nº 747, Auxiliar Técnico de Fiscalização, que completaria a partir de 29.05.2020, com base na edição da Lei Complementar nº 173 de 27.05.2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), e alteração na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, uma vez que o período compreendido entre a publicação da citada lei em 28.05.2020 e até 31.12.2021, não poderá ser computado como período aquisitivo exclusi-vamente para concessão de adicionais por tempo de serviço e sexta-parte.”

ATA EXTRATO DE SESSÃO PLENÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 09/2020

Aprova os procedimentos para a digitalização emergen-cial de processos no âmbito do Tribunal de Contas do Municí-pio de São Paulo e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimen-tais,

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar as medidas para a reduça?o dos riscos de propagação da COVID-19 e para preservação da saúde dos servidores e dos demais colaboradores;

CONSIDERANDO que o § 4.º do art. 6.º da Resolução n.º 314, de 20/04/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresenta aos tribunais a possibilidade de virtualizar seus processos físicos por meio de digitalização integral, de modo que passem, então, a tramitar na forma eletrônica;

CONSIDERANDO o plano de retomada do trabalho pre-sencial, de forma consciente e gradativa, deste Tribunal de Contas,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar, mediante a digitalização integral, a virtualização dos processos físicos em tramitação no TCMSF, que, após sua inserção no e-TCM, passarão a tramitar exclusi-vamente na forma eletrônica, excetuando:

I – processos cuja fase de instrução foi concluída, aguar-dando inserção em pauta ou reinclusão, exceto se houver pedido de vista e cópia autorizada pelo Conselheiro Relator;

II – processos julgados, que estejam aguardando publi-cação do acórdão ou da decisão, ou na fase de confecção de comunicação processual do acórdão ou da decisão, ou aguar-dando o trânsito em julgado;

III – processos do tipo “aposentadoria” ou “pensão”;
IV – processos de natureza administrativa do TCMSF.

§ 1º Os processos de que trata o caput deverão ser gra-dativamente digitalizados, tendo prioridade na digitalização aqueles:

I – processos com pedido de vista e cópia;
II – processos nos quais houve adoção de medidas urgen-tes durante o período de suspensão da tramitação de proces-sos físicos, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º da Portaria TCM nº147/2020;
III – processos na Unidade Técnica de Ofícios e na Uni-dade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo, em fase de instrução;
IV – processos com recursos interpostos a partir da reto-mada dos prazos processuais;
V – processos em fase de instrução, de acordo com cro-nograma a ser estabelecido em cada área e aprovado pela Secretaria Geral.

§ 2º A digitalização dos processos constituídos de até 3 (três) volumes será realizada obrigatoriamente pelos ser-

vidores da unidade em que se encontram, com os próprios equipamentos, seguindo as instruções de qualidade de reso-lução definidas no “Manual para digitalização emergencial de processos”, exceto os processos localizados na Unidade Técnica de Ofícios e na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo, que serão atendidas pelo serviço de reprografia.

§ 3º Os processos com mais de 3 (três) volumes poderão: (i) ser digitalizados nas próprias Unidades; (ii) ser enviados para digitalização pelo serviço de reprografia do Tribunal, organizado pela Subsecretaria Administrativa, de acordo com as prioridades estabelecidas no § 1º deste artigo e conforme a sua capacidade de atendimento da demanda.

§ 4º Após a digitalização, a conferência deverá ser feita por servidor lotado na área de localização do processo, que assinará “Termo de digitalização de autos físicos”, constante no Anexo 2 desta Resolução, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

§ 5º Os Gabinetes dos Conselheiros e a Subsecretaria de Fiscalização e Controle poderão organizar em suas próprias áreas a digitalização dos processos físicos em seus estoques, de acordo com suas prioridades, exceto os processos com pedidos de vista e cópia que serão obrigatoriamente digi-talizados antes de serem encaminhados para a Unidade de Cartório, Cadastro e Arquivo.

§ 6º O Conselheiro Relator ou Juiz Singular poderá requi-sitar de outras Unidades os processos físicos no âmbito de suas relatorias para organizar em seus próprios Gabinetes a digitalização, incluindo os processos excetuados nos incisos de I a IV do art. 1º desta Resolução.

§ 7º A partir de 15/10/2020, não será permitida a trami-tação interna de processos físicos, sendo obrigatória a digita-lização antes do envio para outra Unidade, exceto os casos previstos nos incisos de I a IV do art. 1º desta Resolução.

Art. 2º Aprovar, na forma dos anexos desta Resolução, os procedimentos gerais e o “Manual para digitalização emer-gencial de processos” no âmbito do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Parágrafo único. Os procedimentos e o manual para a digitalização de que tratam os anexos desta Resolução, bem como o prazo previsto no § 7º do art. 1º desta Resolução, serão revisados periodicamente, mediante aprovação da Secretaria Geral.

Art. 3º Para atendimento da demanda técnica necessária para cumprimento desta Resolução, ficam as unidades com-petentes deste Tribunal encarregadas de promover os estudos pertinentes para:

a) ampliação da capacidade da infraestrutura tecnológica para o armazenamento de dados;
b) ampliação da capacidade das impressoras multifuncio-nais e scanners disponíveis em outsourcing;
c) contratação de empresa especializada para operaciona-lizar a digitalização total do estoque de processos físicos em tramitação no TCMSF.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua pu-blicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Conselheiro “Paulo Planet Buarque”, 8 de julho de 2020.

a) JOÃO ANTONIO – Conselheiro Presidente; a) ROBERTO BRAGUIM – Conselheiro

Vice-Presidente; a) EDSON SIMÕES – Conselheiro Cor-regedor; a) MAURICIO FARIA – Conselheiro; a) DOMINGOS DISSEI – Conselheiro.

Anexo 1
Orientações gerais para a digitalização
1. O processo deverá ser digitalizado na íntegra em for-mato PDF, com seus anexos, se houver, à exceção das capas, mesmo que outras peças eletrônicas produzidas no Tribunal já estejam anexadas ao e-TCM, para preservar a sequência lógica original e facilitar a consulta posterior.
2. O processo digitalizado será inserido ao final, na ín-tegra, pela unidade de localização do processo, utilizando exclusivamente o tipo de ato “PROCESSO DIGITALIZADO”, criado especificamente para a presente situação.
3. Após a digitalização, o servidor que realizar a conferên-cia será responsável pelo preenchimento e assinatura, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraes-trutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, do “Termo de digitalização de autos físicos”, constante no Anexo 2 desta Resolução, que deverá ser anexado no e-TCM como tipo de ato “Termo de digitalização de autos físicos”.
4. Os documentos originais em papel deverão ser encami-nhados ao Arquivo do TCMSF, localizado no prédio do Anexo I, acompanhados do formulário constante do Anexo 3, em duas vias, preenchidas e assinadas. O material enviado será conferi-do com a descrição no formulário, retornando-se ao emitente uma via assinada, acusando o recebimento.
5. Os documentos originais em papel permanecerão armazenados em guarda temporária na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo, por prazos a serem estabeleci-dos. Findo o prazo de guarda, os documentos físicos restantes serão eliminados definitivamente.

Anexo 2

Termo de digitalização de autos físicos

Processo nº _____
Data: ____/____/____

Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 1º da Resolução 09/2020, foram os presentes autos, digitalizados na íntegra, conferidos com os originais e anexados ao Sistema de Processo Eletrônico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (e-TCM), devendo seguir sua regular tramitação em formato inteiramente eletrônico a partir da presente data.

A documentação original, objeto da digitalização, será encaminhada à Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo para armazenamento e posterior avaliação quanto à temporalidade de guarda.

Servidor responsável: <div>RF nº:</div>
Cód. 352 (Versão 01)